

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 399, DE 2015, DO SR. FÁBIO MITIDIERI, QUE "ALTERA O ART. 2º DA LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006, PARA VIABILIZAR A COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS QUE CONTENHAM EXTRATOS, SUBSTRATOS OU PARTES DA PLANTA CANNABIS SATIVA EM SUA FORMULAÇÃO" - PL039915**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 399, DE 2015**

Altera o Substitutivo ao PL 399/2015, que dispõe sobre o marco regulatório da Cannabis spp. no Brasil, para equiparar o tratamento dado às empresas e às associações sem fins lucrativos.

**EMENDA**

Art. 1º O art. 21 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 399, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. As associações de pacientes sem fins lucrativos, legalmente constituídas, criadas especificamente para esse fim e com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, poderão cultivar e processar plantas de Cannabis medicinal, além de elaborar produtos magistrais ou oficinais fitoterápicos com o objetivo de dispensá-los aos seus associados, observando todas as regras previstas nesta lei e a regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.”

Art. 2º Suprimam-se os §§ 1º a 5º do art. 21 do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 399, de 2015.

**JUSTIFICAÇÃO**

A produção de medicamentos de uso humano ou animal com base de Cannabis Medicinal por associações sem fins lucrativos formadas por



pacientes não deve receber nenhum tratamento diferente daquele conferido aos agentes econômicos que pretendem explorar o produto.

Trata-se de duas formas prestacionais que atuarão em regime de mercado, buscando oferecer a melhor relação custo-benefício ao usuário final dos medicamentos e que, portanto, precisam ser tratadas igualmente pela legislação e pelo Estado, deixando a escolha pela solução mais benéfica ao paciente.

Entendemos que o substitutivo, da forma como está, atribui demasiada onerosidade às associações e que, uma vez estabelecido pela Lei e pelos órgãos reguladores e fiscalizadores as medidas de segurança mínimas para o cultivo, transporte, armazenamento e produção dos remédios, estas regras independem da natureza jurídica do agente que as está seguindo.

Sendo assim, propomos a presente emenda a fim de que a legislação não distorça as espontâneas relações sociais que disciplina, nem para favorecer aqueles que optam por livremente se associar a fim de concretizar a finalidade de obter o medicamento, nem àqueles que optam por assumir o risco de exploração do produto em regime de mercado. Entendemos que assim o único favorecido pelo sistema que será instituído será o consumidor final do medicamento, o paciente.

Certo da compreensão e apoio dos colegas parlamentares, apresento a presente emenda ao substitutivo.

Sala das Sessões , em        de        de 2021.

Deputado **TIAGO MITRAUD**  
(NOVO/MG)

